

# Municipalismos: a cidade e o comum

Barbara Szaniecki

Municipalismos: o tema é quente, estamos em ano eleitoral. Não se trata aqui de fazer uma análise da conjuntura ou uma avaliação das candidaturas. Mas o ano eleitoral implica um engajamento: a opinião e a ação de todos e de cada um é importante. No Rio de Janeiro a situação nada animadora. Temos à direita um candidato apoiado pelo atual prefeito e que, se for eleito, dará continuidade aos projetos de seu antecessor, entre eles o de megaeventos que levou a remoção de comunidades e, de modo geral, à gentrificação de muitas áreas da cidade. Do outro lado, temos dois candidatos que vão disputar o imaginário e o voto progressista com pautas importantes. Não tenho certeza de que essa configuração seja favorável a todos nós que lutamos por uma cidade mais democrática. Ela é extremamente frágil. A diferença quem pode fazer não são os candidatos e sim nós mesmos. A bola está conosco. E a bola não está no nível federal onde o jogo se apresenta cada vez mais difícil com uma grave crise política agravada por crise econômica e sim no nível municipal. Daí a importância do tema proposto para esta série de colóquios da Universidade Nômade na Casa de Rui Barbosa: municipalismos!

A experiência mais próxima ou noticiada que temos é a do municipalismo espanhol. Na Espanha, o movimento do 15M decidiu encarar as urnas rompendo a polarização movimento *versus* representação a partir de um municipalismo horizontal e constituinte nas cidades de Barcelona e Madri entre outras. É importante afirmar esse sucesso espanhol aqui no Brasil onde alguns movimentos sociais se deixaram cooptar pelo governo e parte do ativismo segue recusando qualquer experimentação partidária. O que fazer então? Permitir que a política siga reduzida à representação sem qualquer participação? É claro que esses processos teriam, no Brasil, uma outra configuração jurídica e política... e cultural também. Estamos cheios de partidos fisiológicos e a lei eleitoral dificulta a criação de novos partido. Além disso, manifestações sofrem ora repressão da polícia e criminalização por parte da lei enquanto a opinião pública padece a nociva manipulação não apenas pela mídia *mainstream* como também pelo patrulhamento e controle nas redes sociais e, não esqueçamos, pelo marketing eleitoral. O Brasil parece só conhecer e reconhecer transformação por força da lei e não por

legítimas manifestações e expressões populares. O municipalismo – em sua pluralidade de experiências – pode ser o terreno de uma radicalização democrática sem a qual não haverá reforma política, nem superação dos atuais impasses.

Depois das manifestações multitudinárias de 2013, tivemos desde 2014 e 2015 algumas experiências pequenas mas importantes: os Círculos de Cidadania (uma experiência de cidadania cotidiana não partidária) e o Cidade Que Queremos (uma iniciativa cidadã com foco eleitoral). E também o desenvolvimento de plataformas como o Nossas Cidades do Meu Rio. É importante dar visibilidade e continuidade a elas. Com a condenação das manifestações de 2013 e 2014 por todo o espectro partidário político, elas são o único legado tido como “dentro da legalidade”. De modo que essas micro experiências de municipalismos podem ser afirmados como resistência à velha representação e ensaio de uma nova política. Aqui pretendo abordar três aspectos de uma possível nova política do ponto de vista da cidadã, designer e mulher que sou: cidadania constituinte, feminilização do trabalho e cidadania na política e, por fim, criatividade e cultura. E tudo isso para se pensar uma cidade do comum.

## **1. Cidadania constituinte: *Barcelona en Comú e Ahora Madrid***

As experiências municipalistas espanholas são as mais notórias mundo afora, mas deve haver muitas outras... Nessas experiências, qual é o papel do representante? Ele não é líder, não deve ser seguido, não deve ser objeto de culto ou mistificação. Nossos representantes devem estar a nosso serviço. É o que o Pablo Iglesias e o Podemos chamam de “mandar obedecendo”, um mote inspirado no caminhar perguntando do movimento zapatista, do México. A idéia de cidadania que emerge desse movimento-instituição não se reduz à cidadania formal, ou seja, aquela da esfera jurídica que reconhece direitos aos cidadãos, e sim é construída concretamente no cotidiano. Na Espanha, foram mulheres quem mais expressaram suas qualidades. Elas deram forma, com seus corpos, a uma cidadania encarnada.

Ada Colau por exemplo, atual prefeita de Barcelona, foi porta-voz da Plataforma dos Afetados pelas Hipotecas - Movimento de luta contra os despejos que aconteciam por conta da especulação imobiliária. Para Paul B. Preciado “Com a PAH, tocamos na questão da moradia, do habitat, da sobrevivência, da vulnerabilidade do corpo.” <http://uninomade.net/tenda/espanha-e-uma-onda-de-levantes-que-comeca/> com

tradução de Talita Tibola). Em maio de 2014, Ada Colau deixou de ser porta-voz da PAH para, junto com movimentos sociais e de vizinhança, apresentar a Ganhemos Barcelona que visava as eleições municipais. Ganhemos Barcelona é o nome de uma plataforma cidadã que se constituiu para criar uma “candidatura de confluência”, isto é, não imposta de cima para baixo e sim construída a partir das bases, mantendo a sua pluralidade e assim disputar as eleições municipais de 2015. No início de 2015, a coalizão eleitoral reunindo movimentos e partidos, entre eles Podemos, foi denominada Barcelona em Comum. O “comum” (de Barcelona em Comum) chama a atenção. Porque cidadãos de Barcelona – uma cidade que também passou por Copa do Mundo (1982) Jogos Olímpicos (1992) – reivindicam o comum? Porque perceberam que uma cidade não pode ser tratada como propriedade, seja privada ou pública. O “público” também se mostrava insuficiente para atender cidadãos tão desejosos de participação ativa. Diante do desafio de enfrentar os poderes privados e públicos em suas articulações (como estamos vendo aqui no Rio de Janeiro) criaram uma estratégia eleitoral: uma atuação que é, ao mesmo tempo, partido e movimento e, dessa articulação, gera uma nova política.

Ada Colau foi proclamada cabeça de lista de Barcelona em Comum por meio de primárias abertas e, em maio de 2015, venceu as eleições municipais de Barcelona. Para Ada Colau, todo esse processo foi «uma vitória cidadã e não de um partido». Uma outra mulher, mais institucionalizada, a juíza Manuela Carmena de setenta e um anos foi indicada para liderar a coalizão *Ahora Madrid* também formada por pequenos partidos e movimentos cidadãos. Ela foi referendada pelos participantes da coalizão em um [processo aberto de votação](#). Na entrevista mencionada acima, Paul B. Preciado comenta que pouco importa serem mulheres as espanholas vencedoras nas eleições municipais. Justifica-se dizendo que a existência de mulheres na política – e isso é algo novo não apenas em termos de candidaturas como também do voto feminino – nem sempre é algo interessante, positivo. Existe na política mulheres horríveis. Paul Preciado cita Marine Le Pen na França. Deixemos a critério de cada leitor os exemplos no Brasil. Recentemente, ao apoiar o democrata Bernie Sanders ao invés de Hillary Clinton, a atriz Susan Sarandon disse “*I don't vote with my vagina*”. Ela não vota com sua vagina e não vota necessariamente em outra vagina.

Esse novo da política não é necessariamente uma questão de sexo ou de gênero. O que há de novo nessas “candidaturas cidadãs” é que elas não se encaixam na figura do “político profissional” do homem engravatado. Trata-se de figuras que não têm uma

carreira política profissional e nem almejam ter. “Ocupam” literalmente um cargo. Essa ocupação é, por definição, transitória. Não há intenção de eternização no cargo e sim de retorno à vida profissional ou militante após o período. Não saberia, portanto, dizer se trata-se de uma feminilização da política. Talvez essa ocupação temporária do cargo possa ser entendida mais propriamente como uma nomadização da política: um êxodo das dicotomias: público [Estado] *versus* privado (mercado), movimento [a praça do 15M] *versus* Partido [o Parlamento de partidos como Podemos entre outros]. Assim constituiu-se o comum na Espanha: depois de Barcelona em Comum, por que não um Rio em Comum?

## **2. Feminilização do trabalho e cidadania na política**

Seguimos então na tentativa de se qualificar o municipalismo que queremos, o municipalismo entendido como “cidade do comum”, para além de uma cidade construída por parcerias público-privadas de cujas decisões os cidadãos não participam diretamente. Para isso, retomemos essa noção de feminilização da política.

Em *Commonwealth* de Hardt e Negri, encontramos uma análise do trabalho contemporâneo que talvez nos sirva para investigar alternativas na política. Na atualidade, o trabalho tem três fortes características. A primeira é a sua imaterialidade ou intangibilidade. Com efeito, hoje, a produção em geral tem como modelo e base a produção de conhecimentos, imagens, símbolos e relações sociais. Desta primeira característica do trabalho contemporâneo, isto é, da centralidade da produção de relações sociais, decorre a segunda. Sempre segundo os autores, o trabalho de relações tem características femininas por ser atrelado ao afeto e ao cuidado. Concordo. Contudo, para não reforçar certo papel da mulher na sociedade ao reduzir, via afeto e cuidado, as características da sua produção em geral às características de sua atividade particular no universo da casa e na esfera do privado, é preferível pensar em termos de “características biopolíticas”, ou seja, características relacionadas à reprodução e produção de vida. Por “feminilização do trabalho”, entende-se também a tendência do trabalho contemporâneo de extrapolar todo horário e todo lugar. É sempre mais exigida uma disponibilidade ao trabalho 24 horas por dia – por celular, por email ou pelas redes sociais – ao passo que as condições e os contratos são sempre mais precários e informais, isto é, cada vez menos “profissionais”. Mais do que um trabalho tipicamente feminino, o trabalho contemporâneo sofre uma feminilização que se traduz

materialmente numa precarização generalizada e que aflige a muitos – homens, mulheres, trans, todxs. A terceira característica é ligada aos fluxos migratórios. Não será abordada aqui para que o foco permaneça na questão da feminilização do trabalho.

A característica do cuidado é forte ao ponto que ela migra da produção para a política. No livro *Podemos e Syriza* organizado por Sandra Arencón Beltrán e Bruno Cava, Manuela Zechner fala em “cidadania” como uma nova forma de cidadania. Embora esse tipo de associação – o da mulher ao trabalho do afeto e do cuidado – e esse tipo de comparação – o da cidade a uma casa a ser cuidada – possa reiterar ou fixar um “lugar da mulher” na sociedade, é fato que surgiram nos últimos tempos movimentos importantes de cuidado na cidade. São muitos os grupos que cuidam de praças e de espaços verdes nas cidades. Alguns se apóiam em conceitos como o de comunidades criativas e sustentáveis de maneira aparentemente mais voltada ao desenvolvimento econômico do que ao sentido político da ação. Outros, baseados em conceitos como *Commons* europeu ou no *Buen Vivir* latinoamericano parecem inverter essa relação. Um exemplo dos mais potentes é o dos garis em luta do Rio de Janeiro. Frente à demissão por conta da mecanização do trabalho de coleta de lixo, eles reivindicam o estatuto de “agentes de saúde ambiental” e, dessa forma, assumem a tarefa de “cuidar da cidade”. A feminilização do trabalho parece então encontrar uma tradução na cidadania da política. Mas tanto uma quanto outra merece maiores reflexões.

Da análise do trabalho contemporâneo empreendida por Hardt e Negri em *Commonwealth*, também é importante registrar o método. Para cada uma das características do trabalho contemporâneo, eles indicam o que delas faz o capital para, logo em seguida, apontar as contradições que o mesmo encontra. Por exemplo, no que tange a feminilização do trabalho contemporâneo entendida como dimensão afetiva que vai da reprodução da vida à produção de bens tangíveis ou intangíveis vimos que a estratégia do comando capitalista consiste em transformar a flexibilidade que outrora caracterizava o trabalho feminino numa precariedade generalizada. A precariedade do trabalho não é nova para as mulheres e as minorias étnicas nos países dominantes e tampouco para a vasta maioria dos trabalhadores, homens e mulheres, nos países subordinados, onde os acertos trabalhistas informais e sem garantias há muito constituem a norma. Hoje a precariedade torna-se generalizada em todos os níveis e em todo o mundo e vem assumindo algumas formas novas e extremas. Ela organiza todas as formas de trabalho de acordo com infinitas modalidades de flexibilidade do mercado. Podem ser múltiplos empregos ao longo tanto de uma carreira de trabalho ou até ao

longo de uma única jornada de trabalho.

### **3. Relações entre criatividade, cultura e cidadania**

Contudo, o que os autores assinalam é que, nesta precariedade, o capital encontra a sua contradição, ou seja, a precariedade generalizada se torna contra-produtiva. A precariedade do trabalho impõe um controle do tempo que é prejudicial à produção biopolítica e assim coloca em xeque o capital. Com efeito, a produção de ideias, imagens ou afetos não pode ser limitada a certos momentos do dia. A produtividade do trabalho biopolítico, e especificamente a criatividade envolvida na produção biopolítica, requer a liberdade dos produtores de organizar seu próprio tempo enquanto o controle imposto pela precariedade lhes subtrai muito tempo. Quando se está trabalhando numa situação precária, não se dispõe do próprio tempo. “*É possível se produzir afetos por encomenda, mas apenas de uma maneira rotineira e mecânica, limitando a criatividade e a potencial produtividade.*” Essa produção de “afetos por encomenda” é um limite para o capitalismo contemporâneo. Mas é também um limite para uma cidadania constituinte, a uma cidadania que rime com autonomia.

Falei anteriormente como cidadã e como mulher e mãe. Falo agora como designer, isto é, como profissional do setor criativo. Se é verdade por um lado que a precariedade imposta ao trabalhador pelo capital impõe ao mesmo tempo um limite importante ao próprio capitalismo, por outro lado, a precariedade tem gerado uma preocupante subserviência política. Por conta das dificuldades em se enfrentar a precarização do trabalho no campo da cultura e da criatividade, o que se criou nos últimos anos não foi um exército industrial de reserva tal como Marx denominava o desemprego estrutural típico do capitalismo e sim um exército pós-industrial de produtores que resistem a vender a sua força de trabalho na fábrica criativa mas são capazes de abrir mão da sua autonomia política em troca de migalhas de míseros editais disputado por muitos. A política de editais não é apenas insuficiente, ela é indigente. É preciso gerar políticas que sejam ao mesmo tempo instigantes para a produção cultural e criativa e, ao mesmo tempo, incentivadoras do exercício crítico e da ação política.

### **4. Considerações finais**

Este texto tem sua origem numa fala apresentada no colóquio “Cidade Comum”

da série de colóquios Municipalismos organizada pela Rede Universidade Nômade na Casa de Rui Barbosa. É possível fazer do espaço-tempo desses colóquios uma plataforma cidadã para as próximas eleições municipais ou ao menos uma das bases possíveis para a sua constituição. É preciso construir pautas e agenda, seguir “caminhando perguntando” e, sobretudo, tal como Hardt e Negri indicaram, entender as contradições das atuais articulações entre Capital e Estado que enfrentamos de modo a constituir o comum nas cidades contemporâneas.

Os vídeos dos colóquios são disponibilizados:

<https://www.youtube.com/watch?v=uYbvJXARqsk>

Com Alexandre Mendes, Barbara Szaniecki, Felipe dos Anjos, Miguel Lago.

<https://www.youtube.com/watch?v=45Ax0jFVnoU>

Com Clarissa Moreira, Bruno Cava Rodrigues, Roberto Andries e Lucas Luz.

**Barbara Szaniecki** é designer, pesquisadora em design na Escola Superior de Desenho Industrial da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Membro da Universidade Nômade. É autora de *Estética da Multidão* (Civilização Brasileira, 2007) e *Disforme Contemporâneo e Design Encarnado: Outros Monstros Possíveis* (Annablume, 2014)